

# O grandioso e o modesto

**E**LES não serão os "Cieps federais", ou "Cieps de segunda geração", da versão do Governador Leonel Brizola. Nem os supermercados de serviço social, com uma escola embutida, da definição grotesca do Ministro Carlos Chiarelli. E entretanto não se sabe o que efetivamente serão os centros comunitários do projeto Minha Gente, apesar da maquete já em exposição e de definidos os valores da construção de cinco mil unidades.

**N**ESSA inversão é que começam os problemas: é possível aprontar um projeto físico completo, sem se ter uma proposta ou ao menos uma filosofia da ação política? Escola alguma se define pelo prédio destinado a abrigá-la; muito menos um complexo a abarcar, além da escola, creche, unidade produtiva para aumento da renda familiar, centro para convivência de idosos e residência para acolhida de meninos de rua.

**E**SSA abrangência pode, certamente, empolgar. O projeto Minha Gente pode fazer imaginar uma minicidade ideal. Mas, só quando a convivência social brotasse, por geração espontânea, de uma maquete. Ou quando fosse concebível fazer política social em pranchetas.

**A**DEMAIS, o modesto costuma ser a resposta mais eficaz aos problemas: o modesto é ponderado, comedido, flexível. Um complexo-padrão de atendi-

mento social, nas mais diversas regiões do País e imposto a qualquer contexto, não passará, muitas vezes, de uma peça de marketing político. Sendo quase um elefante branco, no quotidiano da população.

**R**ECONHECEMOS que a intenção pode ser de induzir à mudança social; de estabelecer, através de ações de governo, uma ética de prioridade à criança — do imenso grupo humano ainda esquecido pelos avanços sociais. Mas é exatamente a nobreza de tal intenção que mais recomenda critério e dosagem; exame severo da relação custo/benefício.

**P**ARA ficar apenas no problema crucial da universalização da educação de Primeiro Grau: será a escola absorvida num grande complexo de atendimento social a solução mais sábia?

**O**RITMO com que é necessário resgatar a dívida social com a criança brasileira pode ser também atingido com o apoio, técnico e financeiro, ao número imenso de instituições escolares já existentes e implantadas no País inteiro. Mais facilmente, porque sobre a base já lançada. E mais eficientemente, porque através da pequena escola, que tem valor próprio: nascida e criada à sombra da comunidade local, refletindo as aspirações e necessidades do meio mais imediato e beneficiada por um controle fora do alcance e das afeições da burocracia distante. Não

se pode desprezar seu papel social, nem mesmo em nome de uma institucionalização que peça modelos e padrões convencionados.

**V**ALE lembrar a experiência noticiada pelo último relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), realizada em Bangladesh; e o juízo do órgão. São 4.000 escolas para educação básica em meio rural — alfabetização, aritmética e habilidades vitais essenciais —, com salas construídas pela comunidade local e professores recrutados entre seus membros mais bem preparados. Escolas extremamente modestas e até precárias, mas que mereceram esta apreciação do Unicef: "Até que uma educação primária universal de um tipo mais convencional seja alcançada, as variações de tais estratégias poderiam formar uma ponte temporária eficaz para evitar que, literalmente, centenas de milhares de crianças fiquem analfabetas e não consigam adquirir as habilidades vitais básicas."

**É**STÁ Aí a lição. De que o novo não é necessariamente o melhor. Especialmente o novo, que só for novo por vir depois do antigo: antigo já testado, aprovado e, entretanto, desprezado. A lição de que o grandioso não é a resposta satisfatória à grandeza dos problemas, quando a satisfação que contar for a satisfação, real e constante, dos destinatários das políticas.